

Guia para a Parceria Científica com os Países em Desenvolvimento

11 Princípios

Comissão suíça para a parceria científica com os países em desenvolvimento
KFPE

1999

Sumário

«Mudar de rumo» – na pesquisa também!	2
Porque mudar?	2
A onde leva o novo rumo?	2
Agradecimentos	3
Introdução	4
Generalidades	4
Conteúdo	4
Os onze princípios da parceria científica	6
1. Determinar em conjunto o objeto da pesquisa	7
2. Estabelecer um clima de confiança	8
3. Informar e criar redes	9
4. Dividir as responsabilidades	10
5. Promover a transparência	11
6. Garantir o acompanhamento da cooperação	12
7. Divulgar os resultados	13
8. Explorar os resultados	14
9. Distribuir eqüitativamente os benefícios	15
10. Reforçar o potencial de pesquisa	16
11. Garantir o adquirido	17
Anexos	19
1. Exemplos concretos	19
1.1 O projeto «Prosopis» no Peru	19
1.2 O projeto «meningite» no norte do Gana	21
1.3. O Projeto «lago Vitória»: implementação de uma Agenda 21 local	23
2. Obstáculos e problemas comuns durante as parcerias científicas entre os PD e os PI	25
3. Carta de responsabilidades da parceria Norte-Sul	27
Epílogo	28
Abreviações	29

«Mudar de rumo»¹ – na pesquisa também!

(à guisa de preâmbulo)

Porque mudar?

Já faz agora uns dez anos que uma parte do mundo científico enfatiza os perigos inerentes ao crescimento demográfico, à degradação do meio ambiente e às perturbações climáticas. Se essas advertências são justificadas, podemos considerar que ameaças sérias pesam sobre a civilização humana dentro de um curto termo². A pesquisa científica pode e deve contribuir para a resolução desses problemas, mas para tanto, duas condições são necessárias – a primeira é uma melhor repartição geográfica do potencial científico a escala planetária, e a segunda, uma cooperação sistemática entre a pesquisa, a política, a economia e a sociedade civil.

Tanto o bom senso quanto a solidariedade determinam que deve-se dar os meios necessários aos «países em desenvolvimento» (PD) para que seus pesquisadores ponham em prática redes internacionais de cooperação científica, como tem sido o caso depois de longa data, entre os países industrializados (PI). A cooperação em questão, não visa a promoção de uma competitividade econômica baseada no modelo habitual, mas a buscar conjuntamente soluções aos problemas acima evocados. Esse processo de responsabilização deveria substituir a concorrência por meio de imperativos de complementaridade e de sinergia.

Esta idéia parece atualmente estar fazendo caminho em certos PI^{3,4} (cf. anexo 3). O mesmo está ocorrendo em certos PD, como testemunham as atividades da Third World Academy of Sciences⁵. Fundada em 1983, ela conta hoje em dia com representantes de mais de 70 PD e constitui provavelmente o mais importante fórum científico do Terceiro Mundo. Ela se inspira na idéia de promover as atividades científicas nos PD, e de conceder à pesquisa desses países, a importância e autonomia indispensáveis.

Esse propósito merece uma acolhida entusiasta e um apoio sem reservas. Ele adverte no entanto, sobre o perigo de uma nova polarização da pesquisa entre o Sul e o Norte, o que seria finalmente, contrário à idéia de **uma** comunidade científica planetária⁶. Sua realização é no entanto, bloqueada pela disparidade existente entre os PD – noção à qual é impossível atualmente, de dar um sentido exato⁷. O abismo entre os «países menos desenvolvidos» e os «países emergentes» é em geral, bem mais profundo que aquele entre estes últimos e os PI. Se a presente publicação usa apesar de tudo, a expressão «PD», é porque ela é comum, principalmente nos países anglo-saxônicos. Em todo caso, deve-se considerar que cada projeto de parceria científica deve ser abordado em função de seu contexto particular.

Aonde leva o novo rumo?

A «Estratégia suíça para a promoção da pesquisa nos países em desenvolvimento»⁸ propõe um meio de reduzir o desequilíbrio entre os PI e os PD, no âmbito da pesquisa: as **parcerias científicas**. Estas caracterizam-se essencialmente pelo interesse recíproco que apresenta o problema estudado, assim que pela cooperação transdisciplinária de longa data, grupos de pesquisa o mais igualitários possível e um processo de formação contínua para todos os

¹ Schmidheiny S., 1992: Changer de cap: réconcilier le développement de l'entreprise et la protection de l'environnement. Dunod, Paris.

² Freyvogel T.A., 1998: Partenariat scientifique avec les pays en développement: le grand défi d'aujourd'hui. ASSN-INFO-SPECIAL I/98

³ DDC, section Politique et recherche, 1993: La politique de la DDC d'encouragement de la recherche. Distribué par DFAE/DDC/POLRE, Eigerstrasse 73, CH-3003 Berne.

⁴ Gaillard J., 1996: Les collaborations scientifiques Nord-Sud: un examen critique de huit programmes d'aide à la recherche. In: Les sciences hors d'Occident au XXème siècle, 7, 220-253, ORSTOM éditions, Paris

⁵ Third World Academy of Sciences (TWAS), c/o International Centre for Theoretical Physics (ICTP), P.O. Box 586, Strada Costiera 11, 34100 Trieste, Italie (<http://www.ictp.trieste.it/~twas/TWAS.html>).

⁶ Gaillard J. & Schlemmer B., 1996: Chercheurs du Nord, chercheurs du Sud: itinéraires, pratiques, modèles. In: Les Sciences hors d'Occident au XXème siècle, 6, 113-135, ORSTOM éditions, Paris

⁷ Kappel R., 1997: Was heisst Entwicklungsländer und was heisst Entwicklungszusammenarbeit? In: Partnerschaften für die Zukunft. Die Zusammenarbeit der ETH Zürich mit Entwicklungsländern. Schulleitung der ETH Zürich.

⁸ DDC (DFAE) e ASSN (CASS) 1993 (2ª edição 1996, distribuído gratuitamente pela secretaria da KFPE; texto completo em Alemão, Francês e Inglês na home-page da KFPE).

participantes⁹. A mudança é clara: até agora, a Suíça não praticou a cooperação científica com os PD que de maneira mais ou menos pontual. O que interessava essencialmente até então, era o resultado da pesquisa propriamente dita, e muito pouco seus métodos e seus impactos sobre o desenvolvimento do país parceiro ou sobre o desenvolvimento e o reforço de seu potencial científico. Essa situação comporta entretanto, algumas louváveis exceções,^{10,11,12}, as quais mostram que a parceria em questão, é efetivamente possível e que ela pode contribuir a desenvolver de maneira durável o potencial científico do parceiro¹³.

Os protagonistas de uma parceria científica afrontam exigências elevadas e inéditas. Ausência de idéias preconcebidas, modéstia e respeito de outras escalas de valores, são condições prévias essenciais à realização de tais projetos e ao estabelecimento de vínculos interculturais. O presente guia emerge de uma nova maneira de ver e de fazer as coisas. Destinado em primeiro lugar aos requerentes de projetos de pesquisa baseados sobre a parceria, assim que aos financiadores públicos e privados, ele é assim, centralizado sobre as necessidades da comunidade científica (suíça). Mas ele deve constituir igualmente, um instrumento de planificação para nossos parceiros potenciais dos PD, e fornecer pontos de referência úteis aos avaliadores de iniciativas científicas.

Como evocado acima, a comunidade científica internacional passa atualmente por um processo de autocrítica – de onde testemunham as varias conferências, tanto na Suíça quanto no estrangeiro, assim que uma quantidade de estudos realizados tanto no Sul como no Norte (cf. epílogo). Toma-se consciência a cada dia, que a pesquisa não pode mais basear-se somente no critério de resultados. Doravante, deve-se preocupar-se também – segundo modalidades à definir – com as interações entre os pesquisadores e a coletividade, entre ciência e vida quotidiana. Este guia exprime também, o fato de que uma parte crescente da comunidade política e científica suíça deseja apoiar concretamente o estabelecimento e o reforço de uma infraestrutura de pesquisa nos PD, a fim de contribuir ao desenvolvimento sustentável planetário.

Agradecimentos

Os autores beneficiaram das sugestões e conselhos dados por Anne-Christine Clottu Vogel (ASSN), Urs Herren (DDC), Jürg Pfister (FNRS) e Jean-Marie Plancherel (EPFL). Eles agradecem igualmente a todas as pessoas que contribuíram com suas experiências durante a revisão final (cf. epílogo) e a Jon-Andri Lys (novo secretário da KFPE), pela redação final deste guia. Materialmente, este guia deve sua existência ao apoio financeiro da Direção do Desenvolvimento e da Cooperação do Departamento Federal de Assuntos Estrangeiros (DDC/DFAE) e da Academia Suíça de Ciências Naturais (ASSN).

Berna, primavera de 1998

Pela Comissão suíça para a parceria científica com os países em desenvolvimento (KFPE)

Thierry A. Freyvogel
Presidente

Daniel Maselli
Secretario (1994-97)*

⁹ Idem

¹⁰ Traore K., 1996: Prefácio. In: Sempervira, número 5. Centro suíço de pesquisas científicas na Costa do Marfim. 01 BP 1303 Abidjan 01.

¹¹ Tanner M. et al., 1994: Developing Health Research Capability in Tanzania: From a Swiss Tropical Institute Field Laboratory to the Ifakara Centre of the Tanzanian National Institute of Medical Research. Acta Tropica 57, 153-173.

¹² Freyvogel T.A. et Tanner M., 1997: Forschung in Ifakara. Vom Feldlaboratorium des Schweizerischen Tropeninstituts zum tansanischen Ifakara Centre. In: 75 Years Baldegg Sisters, Capuchin Brothers in Tanzania. Schweizer Kapuzinerprovinz Luzern.

¹³ Maselli D. et B. Sottas (eds.), 1996: Research Partnerships for Common Concerns. Proceedings of the International Conference on Scientific Research Partnership for Sustainable Development - North-South and South-South Dimensions. Lit Verlag. Hambourg: 192 páginas.

Nota da tradutora: O termo francês «développement durable» foi traduzido neste guia, como «desenvolvimento sustentável», de acordo com a definição dada em «Nosso futuro comum» pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1987.

* Responsável de Programa, Sessão Política e Pesquisa (DDC) a partir de 1998

Introdução

Generalidades

As atividades de pesquisa praticadas com os PD e nesses países podem e devem contribuir para reforçar seu potencial científico¹⁴. Isto requer da parte dos pesquisadores que eles se respeitem mutuamente, que eles construam suas relações com base na franqueza e na abertura, e que eles estejam dispostos a colaborar de maneira durável. Também é importante que a pesquisa ligada ao desenvolvimento produza o máximo possível de resultados concretos para a população local¹⁵. Esta possui em geral, uma experiência considerável, que deve ser explorada de maneira proveitosa.

Estabelecer um clima de confiança recíproca implica um diálogo permanente, uma troca de experiências e de fatos vividos entre todas as pessoas envolvidas – inclusive a população local. Isto inclui os meios que normalmente não possuem «voz ativa», particularmente as mulheres. Deixando-se de lado o rigor científico, esta forma de pesquisa necessita um engajamento humano, no qual a dimensão afetiva não será ausente. Esta observação é dirigida principalmente aos protagonistas pertencentes aos países industrializados, que além da modéstia já evocada, deverão armar-se de uma paciência e de uma persistência, às quais eles talvez não estejam normalmente habituados.^{16,17}

O fato de afrontar juntos os problemas comuns motiva os parceiros de todas as procedências, a colaborar ativamente. Tarefas judiciosamente repartidas em função das capacidades dos diferentes parceiros, são a melhor maneira de suscitar e de explorar os efeitos de sinergia, e de permitir que todo mundo – até o usuário final – tire proveito das atividades de pesquisa.

Como toda forma de cooperação, a parceria científica deve ao mesmo tempo, respeitar os objetivos fixados e se adaptar às circunstâncias. Nem sempre é fácil classificar todas as parcerias científicas em categorias bem definidas, mas pode-se pelo menos distinguir três níveis - tipo, abrangência e duração - de parceria, que correspondem a **projetos de cooperação**¹⁸, **programas de cooperação**¹⁹ e **cooperação institucional**²⁰. O presente guia diz respeito em primeiro lugar, aos projetos de cooperação, que englobam naturalmente, o maior número de atores. A cronologia de uma parceria científica – uma vez o problema bem definido – compõe-se normalmente de quatro grandes etapas:

- (1) busca de parceiros em torno de um tema susceptível de interessar a todos;
- (2) definição do tema e de suas modalidades de cooperação (conteúdo, organização, finanças);
- (3) atividades de pesquisa em comum (incluindo direção coletiva, relatórios, publicações, etc.), e finalmente,
- (4) conclusão da cooperação (incluindo eventualmente uma ajuda à posta em prática ou realização); ou então – se isto parece desejável e possível – continuação, prolongamento ou reorientação da atividade científica em comum.

Conteúdo

Este guia apresenta **11 princípios** aplicáveis às atividades da parceria científica entre, de um lado os PI– a Suíça, neste caso – e de outro lado, os PD. Cada um desses princípios tece considerações sobre os **objetivos**, a **posta em prática (sugestões práticas)** e o **contrôle**. Os

¹⁴ Cf. por exemplo, RAWOO (Advisory Council for Scientific Research in Development Problems – Holanda) 1996: Towards a European Science & Technology Policy for Development. Publications n°. 13: 17.

¹⁵ RAWOO 1994: Development and strengthening of research capacity in developing countries. Publications n°. 5. (RAWOO Home-Page: <http://www.nuffic.nl/ciran/rawoo/>)

¹⁶ De Lattre 1996: Propositions pour une réorientation de la recherche française au service du développement. Rapport final. Comité National de coordination pour la recherche au service du développement. 46 páginas.

¹⁷ Cf. Kaufmann Chr., 1997: Vanuatu. Kunst der Südsee. Museum der Kulturen Basel (ed.). Christoph Merian Verlag Basel.

¹⁸ geralmente baseados em necessidades concretas, a curto prazo (no máximo alguns anos) e implicando recursos humanos e financeiros relativamente modestos.

¹⁹ mais freqüentemente consagrados às questões complexas, a médio prazo (vários anos), normalmente volumosos (englobando vários projetos e necessitando recursos humanos e financeiros mais importantes).

²⁰ cooperação reciprocamente fecunda em um ou vários campos entre diferentes instituições; apresenta normalmente, um caráter geral e durável (não é limitada no tempo), sem possuir necessariamente uma maior amplitude que um programa de cooperação; o contexto (por exemplo, fatores políticos e administrativos) possuem aqui um papel importante.

objetivos expostos correspondem de uma certa maneira, a um ideal que deve-se buscar a longo prazo. O grau de realização vai variar de acordo com a situação na qual nos encontramos. As indicações de **posta em prática** apresentam os meios pelos quais pode-se atingir esses objetivos. O aspecto **contrôle**, vai finalmente, servir de ferramenta de trabalho – de lista de controle – às instâncias que emitem ou recebem solicitações de financiamento. Esta lista de questões deverá ser adaptada e completada segundo a necessidade, em função de cada caso particular; ela não deve assim, ser considerada como exaustiva.

Amplamente interdependentes, esses 11 princípios são em parte, difíceis de delimitar. Os princípios de 1 a 7 dizem respeito diretamente às atividades da parceria científica, enquanto que os princípios de 8 a 11 ultrapassam os aspectos geralmente considerados como inerentes à pesquisa. O décimo princípio, «**reforçar o potencial de pesquisa**», **constitue um objetivo essencial** que só pode ser alcançado se todos os outros nove princípios forem respeitados. Mas uma boa parte da justificativa de «mudar de rumo» evocada no título de nosso preâmbulo, encontra-se justamente, fora da esfera científica habitual.– «*Os cientistas devem assumir sua parte de responsabilidade no desenvolvimento social, em considerando as necessidades concretas da política, da economia e da população*». Esta tese descrita nas «Visões dos pesquisadores suíços»²¹ não diz respeito somente aos PI, mas ela aplica-se particularmente aos atuais PD. Os pesquisadores não podem mais se contentar de publicar os resultados de seus trabalhos – ao contrário, eles são também incumbidos de «tomar as rédeas», na medida do possível, das questões de posta em prática. Além disso, eles devem também preocupar-se com as questões éticas «fair-play». Adotando uma visão global das coisas, os cientistas deveriam finalmente, considerar as repercussões, mesmo indiretas, de suas atividades sobre a sociedade e a vida humana em geral.

Esta série de princípios é ilustrada em **anexo** por alguns **exemplos concretos**. Sem tentar explicitar todas as facetas, os exemplos em questão clareiam de maneira geralmente positiva, como os princípios de uma parceria científica bem sucedida foram aplicados nesses casos. O anexo contém também uma lista dos **obstáculos**, dificuldades e inconvenientes encontrados geralmente durante as parcerias científicas²², assim que, a título comparativo, os princípios elaborados por Gaillard²³.

Sabe-se por experiência, que a **busca de novos parceiros** apropriados, constitui uma das maiores dificuldades encontradas pelas pessoas desejando estabelecer contatos em vista de uma parceria científica. O problema apresenta-se nos dois sentidos, tanto para os pesquisadores suíços quanto para aqueles dos PD, mas tende a agravar-se para estes últimos. Não tendo acesso às revistas especializadas ou aos encontros internacionais, muitos colegas do sul têm dificuldades para estabelecer contatos científicos, como se faz habitualmente nos PI. Este problema é conhecido, mas ainda não encontrou-se uma verdadeira solução, mesmo se a generalização dos meios de comunicação modernos – principalmente internet e correio eletrônico – possa ajudar, pelo menos parcialmente.

Este guia aborda também a maneira de **administrar os recursos financeiros** à disposição (5^o princípio), mas sem falar da aquisição dos fundos necessários; o financiamento pode na verdade, dar-se de diversas formas e variar segundo as circunstâncias. Seria no entanto conveniente, de prever uma participação adequada de todos os parceiros – participação não necessariamente pecuniária. Esta busca de equilíbrio permitirá uma melhor avaliação das prioridades e as necessidades de todas as partes envolvidas²⁴ e de aumentar as chances de êxito da cooperação (princípio análogo ao da reciprocidade de direitos e deveres).

O presente guia não trata dos critérios que deveriam servir para a avaliação científica e a pertinência de uma dada pesquisa. Eles podem ser considerados como suficientemente conhecidos e os financiadores encarregam - se geralmente de lembrá-los regularmente. Relevemos no entanto, que uma atividade de pesquisa levada a cabo entre dois ou vários parceiros deve ser apreciada tanto no plano da **ciência** quanto na qualidade da **parceria**.

²¹ ProClim (ASSN/CASS) 1997: Recherche sur le développement durable et le changement global – Visions des chercheurs suisses pour une politique de la recherche. 33 páginas. (Este documento pode ser adquirido junto ao ProClim, Bärenplatz 2, CH-3011 Berna, e consultado em <http://www.proclim.unibe.ch/visions.html>).

²² Comentários e informações complementares sobre esse assunto serão bem-vindos (kfpe@sanw.unibe.ch)

²³ cf. nota 4

²⁴ RAWOO 1996, c.f. nota 14

Os onze princípios da parceria científica

Determinar em conjunto o objeto da pesquisa

Estabelecer um clima de confiança

Informar e criar redes

Dividir as responsabilidades

Promover a transparência

Garantir o acompanhamento da cooperação

Divulgar os resultados

Explorar os resultados

Distribuir eqüitativamente os benefícios

Renforçar o potencial de pesquisa

Garantir o adquirido

1º princípio

Determinar em conjunto o objeto da pesquisa

Objetivos

Freqüentemente, são os parceiros ocidentais que tomam a iniciativa e propõem os projetos de pesquisa. Seria entretanto, pouco razoável de apresentar ao parceiro potencial, um projeto já elaborado, em sua forma mais ou menos definitiva, o qual não teria assim, a ocasião de introduzir suas idéias e necessidades. Todas as partes envolvidas devem participar da definição do tema de pesquisa, associando neste processo, a população beneficiária sob forma de uma colaboração ativa, na medida em que a situação se apresenta. Os dois aspectos a considerar aqui são, por um lado, de dar à pesquisa prioridades que interessam todos os protagonistas, e por outro lado, de distinguir entre essas prioridades e o tema de uma pesquisa à ser desenvolvida. Esse assunto dará lugar à uma formulação precisa, baseada sobre uma ou várias hipóteses de trabalho, e a pesquisa será abordada, se possível, em recorrendo a métodos que autorizem a pesquisa participativa²⁵ – métodos que serão criados segundo as necessidades, e que serão adaptados de acordo com a evolução dos trabalhos.

A complexidade dos problemas à serem resolvidos nesse contexto requer uma forma de cooperação transdisciplinária²⁶, favorável aos enfoques sistêmicos. É a melhor maneira de encontrar respostas aos grandes problemas de nosso mundo.

Sugestões práticas

A pessoa ou instituição que tem a idéia ou a intenção de empreender uma pesquisa e que deseja realizá-la com outros parceiros, deveria entrar em contato com eles desde o início, a fim de discutir os detalhes e de elaborar um projeto comum. Evitar-se-á assim a predominância de interesses unilaterais em demasia, criando uma situação desequilibrada dentro da qual os parceiros «ignorados» não poderão identificar-se de maneira durável ao projeto. Deve-se saber que nesse contexto, um «aparelhamento» bem sucedido necessita em geral, de muito tempo. Este é o caso, em particular para os pesquisadores propriamente ditos – mas o esforço vale a pena em muitos aspectos.

Para eventualmente ampliar o círculo dos participantes – especialmente a população local – aos trabalhos preparatórios e mesmo à pesquisa propriamente dita, seria conveniente de prever encontros informativos e, na impossibilidade destes, documentos sob forma de vulgarização²⁷. A contribuição de certas ONG pode ser preciosa, e levar-se-á em conta o máximo possível do conhecimento tradicional. Isto contribuirá a evitar os erros de apreciação da parte dos «peritos» externos, e a preparar imediatamente o terreno para por em prática os resultados esperados.

Lista de Contrôles

- De onde provém a motivação inicial da pesquisa em questão?
- O tema da pesquisa foi anunciado de maneira clara e inteligível para todos os participantes?
- Explicou-se as hipóteses e definiu-se os métodos a serem aplicados?
- Todos os atores envolvidos são ativamente implicados na definição do tema de pesquisa?
- O projeto de pesquisa leva em consideração os interesses de todos os meios implicados, especificamente aqueles dos usuários (população local) do lado dos parceiros do Sul?
- A atividade de pesquisa prevista integra-se numa política científica nacional ou regional dos parceiros? Ela corresponde à um interesse comum dos parceiros?
- O projeto de pesquisa considera as necessidades e particularidades sociais, culturais, políticas, econômicas, ecológicas e técnicas dos parceiros?
 - Em caso afirmativo: de que maneira?

²⁵ Bolay J.-C. et al., 1999: Environnement urbain – Recherche et action dans les pays en développement Birkhäuser Verlag, Basileia: 263 páginas.

²⁶ Cf. ProClim- (ASSN/CASS) 1997 (cf. nota 21)

²⁷ Cf. anexo 1.3.

- Quem serão os prováveis principais beneficiários dos resultados da atividade de pesquisa prevista?
(indicar eventualmente a ordem de importância)
 - pesquisadores de PD / de PI
 - instituições de pesquisa de PD / de PI
 - autoridades de PD / de PI
 - economia privada de PD / de PI
 - ONG de PD / de PI
 - população de PD / de PI
 - outros (quem) de PD / de PI
 - A herança cultural – o saber tradicional – do parceiro (de sua população) aparece no plano de pesquisa?
 - Em caso afirmativo: como?
-

2º princípio

Estabelecer um clima de confiança

Objetivos

Uma cooperação fecunda é dificilmente realizável sem confiança mútua. Criar um clima favorável entre parceiros, freqüentemente muito diferentes, requer intuição, paciência e tempo. Trata-se de ultrapassar os preconceitos e de favorecer a aspiração a uma cooperação científica sincera.

Ao lado do trabalho efetuado com parceiros já conhecidos, as pessoas envolvidas estabelecerão novos contatos específicos a fim de ampliar tanto suas relações pessoais quanto aquelas das instituições envolvidas no processo de pesquisa.

Sugestões práticas

As experiências positivas do passado são um fator de confiança; assim sendo, pode-se tirar benefícios do restabelecimento de antigos contatos com pesquisadores, instituições, autoridades ou populações que obtiveram resultados frutuosos. Seria recomendável de analisar a cooperação passada e de se constituir uma imagem o mais precisa e objetiva possível, de todos os parceiros. Além disso, deve-se fazer um esforço para conhecer a posição de cada um deles no contexto social, institucional e político-econômico, a fim de que não nos enganemos ou esperemos demais a seu respeito, e para que possamos compensar rapidamente qualquer repercussão negativa. Encontrar novos parceiros implica em princípio uma busca ativa e na medida do possível, o estabelecimento de contatos pessoais (por exemplo, em explorando os endereços contidos nas publicações, através de internet ou em participando a encontros internacionais). Uma visita prévia à instituição almejada e a solicitação de referências podem confirmar parceiros potenciais. Estudar-se-á igualmente a possibilidade de breves visitas recíprocas de estudos prévios entre parceiros potenciais.

Lista de Contrôles

- Todos os parceiros já se conhecem suficientemente bem e podem ter confiança mútua (experiências positivas e negativas)?
- Dispõe-se de descrições e de referências completas para todos os parceiros e instituições que fazem parte do projeto?
- Previu-se uma busca precisa de outros parceiros?
 - Em caso afirmativo: sob que critérios e como?

3º princípio

Informar e criar redes

Objetivos

Os parceiros geograficamente distantes uns dos outros não poderão cooperar eficazmente que se a comunicação funciona corretamente. Eles deverão poder trocar informações detalhadas regularmente, o que requer os meios técnicos adequados («criação de uma rede»); aliás, a «distância cultural», muitas vezes considerável, que separa os parceiros, necessitará uma harmonização recíproca dos conceitos e dos modos de expressão. Esses dois pontos são condições prévias para uma coordenação eficaz. O ideal seria que todos os parceiros beneficiassem de um nível de informação e de conhecimento comparáveis no âmbito de sua pesquisa em comum e em outros campos relacionados. Isto significa que os parceiros – e principalmente aqueles que se encontram nos PD – devem estar ligados à uma rede de informação à nível regional e internacional.

Sugestões práticas

Em primeiro lugar, todos os atores implicados – incluindo-se os estudantes – devem entender a importância capital da comunicação interna para um grupo. Convém em seguida, de revisar os meios de comunicação disponíveis aos parceiros. Se suas estruturas de comunicação mostram-se insuficientes, eles deverão, na medida do possível, adquirir o material necessário (p.ex. telefone, fax, computador ligado à internet e com correio eletrônico disponível). O orçamento deve englobar as despesas suplementares que isto acarretaria.

Também seria útil de estabelecer explicitamente uma troca regular de informações. O fato de comunicar freqüente e regularmente contribue também a remediar à situação, às vezes isolada, dos parceiros que encontram-se em um PD.

Lista de Contrôle

- Todos os parceiros dispõem de uma infraestrutura et da organização necessária para poder comunicar regularmente et eficazmente?
 - Em caso afirmativo: que disposições foram tomadas a esse respeito?
 - Que técnicas de comunicação são à disposição?
 - Em caso negativo: seria possível ajudar os parceiros à instalar a infra-estrutura necessária? Em caso positivo: como?
- Os parceiros possuem os meios necessários (sobretudo técnicos) para entrar em contato com organizações internacionais, bancos de dados, etc? Eles sabem utilizar as instalações?
 - Em caso negativo: seria possível ajudar os parceiros à instalar a infra-estrutura necessária?
 - Em caso positivo: como?

4º princípio

Dividir as responsabilidades

Objetivos

O conjunto dos parceiros assumirá em comum, desde que possível, as responsabilidades tanto de natureza administrativa que científica. As competências e capacidades de cada um serão consideradas. O fato de atribuir responsabilidades diversas a todos os parceiros, reforçará o sentimento de identificação de cada um com a atividade de pesquisa em grupo. Constatou-se até agora, que freqüentemente um projeto é considerado como pertencendo aos parceiros do Norte, o que impede aos parceiros do Sul de se identificar com os objetivos de tais pesquisas. Atribuir funções administrativas aos parceiros com pouca experiência, é dar-lhes uma ocasião de adquirir experiência em gestão de projetos científicos.

Sugestões práticas

É muito importante de regular-se desde o início as funções de responsabilidade, principalmente quando os parceiros pertencem a culturas diferentes. Como o diálogo dá-se freqüentemente em uma língua estrangeira a todos os participantes, os riscos de mal-entendidos são numerosos. É recomendável de negociar-se as responsabilidades e a repartição das funções durante os encontros pessoais e depois, de guardar por escrito as decisões tomadas. Segundo o país, as disposições tomadas entre os parceiros deverão ainda ser aprovadas por instâncias superiores.

Lista de Contrôles

- Todos os parceiros são implicados – em função de suas possibilidades e aptitudes – na gestão científica e administrativa do projeto em questão?
- Todos os parceiros responsáveis têm acesso aos documentos escritos que lhes dizem respeito?
- Todas as partes implicadas possuem os recursos humanos, institucionais e financeiros requeridos para pôr em prática as responsabilidades?
 - Em caso negativo: que disposições deveriam ser tomadas?

5º princípio

Promover a transparência

Objetivos

Uma participação adequada de todos os parceiros nos cargos que englobam as atividades de pesquisa previstas, terá igualmente por efeito, de reforçar a devoção à causa comum. Convém aqui de apreciar corretamente outras prestações, além das pecuniárias. A indispensável transparência exige em particular, que todos os parceiros sejam informados da origem, do volume e da destinação dos fundos consagrados ao projeto. As decisões financeiras serão na medida do possível, o resultado de um acordo geral, evitando-se que o montante dos fundos comprometidos seja o único critério que influencie as decisões.

Sugestões práticas

Evitar-se-á contestações em esclarecendo as prestações a serem fornecidas no âmbito do projeto – os direitos e deveres que este contém – sob a forma de um contrato por escrito («memorando de acordo»). A fim de que os parceiros habilitados possam assegurar-se de que as disposições acordadas serão respeitadas, eles deverão ter livre acesso aos documentos correspondentes. Contas e controles regulares, atualizações periódicas dos inventários, etc. serão outras medidas favoráveis à transparência. Por outro lado, a respeito da justificativa dos gastos, adaptar-se-á às exigências dos financiadores.

Lista de Contrôles

- As prestações financeiras e outras que foram acordadas entre os parceiros, assim que os direitos e deveres decorrentes foram consignados por escrito?
- Todos os participantes estão a par da origem e da destinação prevista e efetiva dos meios pecuniários e de outros aportes?
- As competências em matéria de decisões financeiras foram reguladas de maneira clara e equitável?

6º princípio

Garantir o acompanhamento da cooperação

Objetivos

Convém de seguir regularmente a evolução do projeto de pesquisa assim que a evolução das relações dos parceiros («monitoramento»)²⁸. Por outro lado, convém de fazer avaliações internas e/ou externas periodicamente, afim de ter-se uma idéia o mais precisa possível do grau de êxito ou de fracasso nos diferentes domínios da parceria em questão (gestão, comunicação, processo de decisão, realização ou posta em prática, reforçamento do potencial de todos os parceiros, etc.).

Sugestões práticas

Intercâmbios de informações e de encontros freqüentes contribuem à detectar rapidamente as eventuais dificuldades e a superá-las eficazmente. Seria talvez judicioso de recomendar a todos os parceiros a manutenção de um diário. Os relatórios intermediários e os documentos análogos serão se possível, redigidos em comum, as versões provisórias serão submetidas aos parceiros para um críticas recíprocas. Os critérios internos de avaliação periódica serão definidos em comum, o mais cedo possível; eles serão adaptados se necessário, segundo a evolução das circunstâncias. Em caso de avaliações externas, deve-se garantir que o grupo de avaliadores seja composto tanto de representantes dos PD que dos PI. Os avaliadores deverão ter liberdade de ação durante seu mandato.

Lista de Contrôles

- Um acompanhamento («monitoramento») é previsto com relação à cooperação entre os parceiros?
 - Em caso afirmativo: como ele é organizado?
- Todos os parceiros são implicados nas avaliações internas de maneira ativa e equilibrada?
 - Em caso negativo: porque isto não é o caso?
- Os critérios das avaliações internas foram definidos em comum e são conhecidos de todos os parceiros?
- Uma avaliação externa é necessária?
 - Em caso afirmativo: o grupo de avaliadores é representativo e seu mandato pode ser considerado como judicioso?
- Os meios pecuniários previstos e acordados serão suficientes para realizar as tarefas de monitoramento e de avaliação?

²⁸ O «monitoramento» requer indicadores/critérios bem definidos em vista de controlar regularmente o trabalho que se faz.

7º princípio

Divulgar os resultados

Objetivos

Admite-se em princípio, que os resultados de uma pesquisa são publicáveis sem restrições. Os projetos de parceria científica entre os PI e os PD reúnem parceiros às vezes muito desiguais. Alguns têm pouca experiência com relação à publicação de resultados, e menos ainda com o acesso aos órgãos apropriados. Tem-se então que prestar atenção para que todas as partes envolvidas possam participar de maneira adequada à difusão dos resultados, particularmente desde que se trate de publicar trabalhos científicos em revistas internacionais reputadas²⁹.

Como os projetos de pesquisa científica entre os PI e os PD tratam freqüentemente de problemas concretos dos utilizadores finais (populações do Sul), é absolutamente necessário que estes sejam informados dos resultados sob uma forma inteligível por eles. Isto favorecerá a realização do projeto, com a colaboração ativa da população local (melhor recepção do projeto).

Sugestões práticas

Os diferentes parceiros não tendo a mesma experiência de publicação, eles colaboram estreitamente à preparação dos artigos. Não se trata aqui de fazer-se «presente» com um espírito de complacência excessiva (p.ex. a ordem de menção dos autores), mas simplesmente de colocar todo mundo num mesmo pé de igualdade. Para poder divulgar mais amplamente os resultados obtidos, estes serão apresentados sob uma forma compreensível para o grande público, e traduzidos se necessário, nas línguas locais. Os meios de divulgação poderão ser diversos (p.ex. conferências, exposições itinerantes, discussões, peças de teatro, etc.), e esses esforços darão freqüentemente aos pesquisadores, interessantes informações de retorno³⁰. Talvez alguns cientistas achem essa tarefa de difusão dos resultados insólita e difícil a assumir. Em tais casos, pode-se convocar para tanto, pessoas, instituições ou organizações que tenham experiência no assunto (p.ex. ONG locais, cf. exemplos em anexo).

Lista de controle

- Será necessário de limitar o acesso aos resultados da pesquisa ou à difusão destes?
 - Em caso afirmativo: por quem? por quê?
- Foi previsto de publicar os resultados tanto em órgãos de vulgarização que em revistas científicas nacionais e internacionais?
 - Em caso afirmativo: quais?
- Tem-se uma idéia concreta dos métodos pelos quais os conhecimentos adquiridos poderão ser inculcados de maneira eficaz nas populações locais envolvidas?
 - Em caso afirmativo: quais? (p.ex. organização de seminários, oficinas, conferências, exposições, manifestações públicas, congressos, programas de rádio, exposições itinerantes, documentos de vulgarização, etc.).
- Tem-se a intenção e a possibilidade de implicar ativamente certas pessoas dos grupos visados (p.ex. líderes de opinião, atores regionais e locais importantes, etc.) no processo de difusão e de posta em prática dos conhecimentos adquiridos?
 - Em caso afirmativo: quem? como?

²⁹ Cf. A atividade da International Federation of Science Editors (IFSE, Itália; http://alpha400.cmns.mnegri.it/en/other_services/ifse).

³⁰ Cf. Convenção de Lomé e RAWOO 1996, cf. nota 14

8º princípio

Explorar os resultados

Objetivos

A cooperação científica entre os PI e os PD pretende freqüentemente interessar-se por questões concretas e preocupar-se, pelo menos parcialmente, com os problemas quotidianos das populações desfavorecidas. Ela dá freqüentemente esperança aos parceiros dos PD e aos supostos beneficiários. Mas as esperanças suscitadas principalmente durante as entrevistas com a população local, nem sempre são realizadas. Os pesquisadores raramente retornam para comunicar suas descobertas à população, e ainda menos para participar de uma eventual exploração dos resultados.

Publicar o resultado de análises, mesmo que seja sob uma forma bastante pertinente, não é suficiente. Cabe à equipe de pesquisadores de tomar as medidas ao seu alcance que contribuirão à uma aplicação de seus trabalhos para o benefício dos grupos visados.

Sugestões práticas

Como a exploração prática dos resultados científicos é um assunto freqüentemente bastante complexo, (métodos utilizados, problema de aceitação pelo público visado, de financiamento, de responsabilidades, etc) seria conveniente de colaborar com instituições estreitamente relacionadas com a população (p. ex. ONG, poderes públicos) e/ou com empresas (estas podendo ter sido criadas com este fim). De toda maneira, seria judicioso de informar os responsáveis políticos ou as autoridades sobre o avançamento ou os resultados dos trabalhos de pesquisa, e de discutir com eles sobre as aplicações possíveis. Isso permitira eventualmente de obter uma participação ativa de certas instâncias oficiais, de tal forma que ao final da pesquisa propriamente dita, as operações a serem postas em prática possam ser rapidamente lançadas para satisfazer pelo menos parcialmente às esperas locais.

Lista de Contrôles

- Previu-se disposições concretas - adaptadas às condições locais, regionais e nacionais - visando à pôr em prática os conhecimentos adquiridos, em benefício das populações visadas?
 - Em caso afirmativo: que tipo de disposições?
 - Se não: porquê isto não é o caso?
- Responsáveis políticos, poderes públicos e ONG são periodicamente informados do andamento dos trabalhos, e discute-se com eles as possíveis modalidades de um pôr em prática ulterior?
 - Em caso afirmativo: como? quais modalidades?
- O trabalho de planificação da realização prática inclui todas as partes implicadas, e particularmente os supostos beneficiários (grupos visados)?
 - Em caso afirmativo: quais? como?

9º princípio

Distribuir eqüitativamente os benefícios

Objetivos

De uma maneira geral, os resultados de uma pesquisa podem constituir o objeto de uma exploração intelectual e/ou material (econômica). Em um caso como em outro, os parceiros dividirão eqüitativamente os benefícios obtidos. Dede-se evitar a queixa - freqüentemente fundada - de que o «parceiro» que encontra-se no PI publica unilateralmente os resultados elaborados em comum (em apropriando-se dos direitos de autor) e lhes explora essencialmente para sua própria vantagem econômica (patentes).

Sugestões práticas

Os principais participantes de uma pesquisa devem todos aparecer na publicação dos resultados (autores de relatórios, conferências, programas de rádio ou TV e outros vetores audiovisuais, etc). Serão mencionados igualmente, as ajudas de outros meios (p.ex. para a obtenção de conhecimentos tradicionais). Recomenda-se discutir previamente sobre os direitos de publicação, e de lhes detalhar por escrito. Também serão consideradas as eventuais condições estipuladas pelos órgãos financiadores.

Como os resultados de certas pesquisas poderão constituir um potencial econômico considerável, os direitos dos parceiros serão regulados antes se possível, e de preferência, por escrito. Desta forma, atua-se em conformidade com as regras do direito internacional (sobretudo no que diz respeito à propriedade industrial) e à legislação do país anfitrião.

Lista de Contrôle

- A publicação dos resultados obtidos em comum valoriza todos os participantes do trabalho?
- A quem pertence a decisão de publicar os resultados?
- Quem dispõe do direito de consultar os dados (textos provisórios) antes da publicação?
- Um acordo explícito foi passado para o caso onde os resultados da pesquisa tenham uma importância econômica?
 - Em caso afirmativo: qual é o teor?
- A quem sera dado o direito de utilizar os resultados economicamente exploráveis, e sob que condições?

10º princípio

Reforçar o potencial de pesquisa

Objetivos

A preocupação central das parcerias científicas entre os PI e os PD é – além dos resultados esperados de um dado projeto –, de reforçar o potencial de pesquisa à escala mundial, tanto a nível individual que institucional³¹. Para tanto, deve-se considerar as particularidades e as limitações inerentes às situações pessoais e institucionais³².

Convém encorajar particularmente a cooperação científica entre os países em desenvolvimento (colaboração Sul-Sul). Suas condições gerais de pesquisa e os problemas decorrentes apresentam numerosas similaridades. Em realidade, a aspiração a esta forma de cooperação corresponde atualmente à uma profunda necessidade dos países não ou pouco industrializados. Como indicado em nosso preâmbulo, é louvável o fato de que esses países desejam unir suas esforços para realizar uma performance científica comparável às dos PI³³. Estes últimos deveriam fazer tudo para ajudar os PD à realizar esse tipo de empreendimento, principalmente porque não se pode ainda contar com a indispensável ajuda do Estado.

Sugestões práticas

Os cientistas implicados em um projeto encontrarão em estágios e intercâmbios de toda ordem, ocasiões de estabelecer contatos, de trocar informações, de aprender novos métodos e de adquirir uma certa experiência.

O fato de apoiar oficialmente as instituições (convenções, contratos de cooperação, conselhos em gestão, etc) e de ajudar-lhes a desenvolver sua própria infraestrutura contribuirá a tornar os PD mais atrativos para a pesquisa científica. Informar nomes e endereços já é uma ajuda preciosa; os PI dispõem freqüentemente de informações mais completas que os parceiros do Sul.

Lista de Contrôles

- A atividade de pesquisa em comum contribuirá provavelmente à aumentar o potencial científico dos parceiros?
 - Em caso afirmativo: em que beneficiarão os pesquisadores de uma parte, e suas instituições, de outra parte? Qual é a importância do projeto em questão para sua área de pesquisa e para o país considerado?
- Previu-se intercâmbios de parceiros para fins de aperfeiçoamento científico?
 - Em caso afirmativo: Quem? Quando? Por quanto tempo?
- Que medidas concretas foram previstas para contribuir ao reforço da cooperação entre os PD?
 - Comunicar endereços
 - Encorajar os intercâmbios de informações
 - Organizar encontros
 - Planificar e realizar projetos de pesquisa em comum
 - Fornecer apoios financeiros
 - Outros (quais?)

³¹ Por «capacity building» entende-se uma melhoria na competência do pesquisador e de seu grupo, em todos os domínios (científico, administrativo, etc.), enquanto que «institution building» corresponde à criação ou ao reforço de instituições (p.ex. universidade, instituto, estação de pesquisa, etc.) em todos os domínios (político, administrativo, financeiro, etc.).

Cf. Wils, F., 1995: Building up and strengthening research capacity in Southern countries. RAWOO Publications no. 9 (48 páginas).

³² Bhagavan, M.R., 1992: The SAREC Model: Institutional cooperation and the strengthening of national research capacity in developing countries. Stockholm: SAREC.

³³ TWAS, cf. nota 5

11º princípio

Garantir o adquirido

Objetivos

Evitar-se á que os resultados obtidos a grande esforço desapareçam uma vez que o projeto de cooperação tenha atingido oficialmente seu fim. Isto significaria uma perda considerável de energia, tempo e dinheiro. Um projeto que tenha tido êxito resultará em pelo menos três tipos de resultados: a aquisição de novos conhecimentos, uma contribuição ao desenvolvimento sustentável e, particularmente, o estabelecimento ou o reforço de um potencial científico. O novo conhecimento será objeto de publicações (7 e 9 princípios); a contribuição ao desenvolvimento sustentável tomará a forma de uma aplicação a longo prazo dos resultados obtidos (8 princípio). Um potencial de pesquisa recentemente estabelecido se manterá assim, se por um lado consegue-se perpetuar as instituições existentes (e criar outras, se necessário) e por outro lado, garantir empregos e salários decentes.

Mesmo as instituições científicas dos PI têm às vezes, dificuldades para oferecer uma ocupação adequada à seus colaboradores de retorno de um PD. Os PD em parceria, são por outro lado, confrontados a problemas bem mais dramáticos em relação ao emprego de seu pessoal e mesmo da sobrevivência de suas instituições, uma vez que a atividade comum de pesquisa tenha chegado ao fim. Os bons cientistas dos PD poderão assim, ceder à tentação de partir em busca de postos mais prometedores nos PI (fuga de cérebros). Outros se verão obrigados para ganhar suas vidas, de aceitar um (segundo) emprego abaixo de suas qualificações.

Sugestões práticas

Trata-se finalmente, de reconhecer a importância e a urgência da pesquisa científica no mundo, e sobretudo, de fomentar seu prestígio nos PD. Esse prestígio, os cientistas deverão adquirir de sua própria iniciativa, por aportes evidentes e por um profundo trabalho de informação. Somente assim, os pesquisadores terão o direito de esperar que o Estado e o setor privado dêem mais apoio à suas instituições e remunerem melhor seus empregados. As instituições dos PD deverão ser apoiadas nesse sentido. No lugar de abandonar os parceiros do Sul e suas instituições à sua própria sorte depois de uma atividade de pesquisa em comum, deve-se manter contatos pessoais e de intercâmbio o mais regularmente possível. (p.ex. organização de seminários em comum, de cursos, etc.). Romper o isolamento científico constitui um meio essencial (sobretudo no plano moral) de prevenir o êxodo dos melhores pesquisadores dos PD. O contato com a comunidade científica internacional ganha aqui, uma importância central. Medidas concretas deverão ser consideradas no sentido de que os parceiros encontrem em seguida um trabalho dentro de suas especialidades (p.ex. sob a forma de ajuda à obtenção de mandatos de pesquisa em seu próprio país ou por organizações internacionais, ONG, etc)³⁴. E deve-se explorar ao máximo os outros meios possíveis (apoios financeiros, conselhos, etc) para manter ou desenvolver as instituições parceiras.

Lista de controle

- Os resultados obtidos são utilizados (entre outros) para conferir um prestígio à pesquisa dos PD?
 - Em caso afirmativo: como?
- Previram-se disposições para apoiar localmente (nos PD) o emprego dos parceiros cientistas dentro de suas especialidades, uma vez a atividade de pesquisa em comum tenha chegado ao fim?
 - Em caso afirmativo: Quais?

³⁴ A Fundação Internacional para a Ciência (International Foundation for Science - IFS, Stockholm) mostra-se particularmente eficaz nesse campo (cf. home-page da IFS: <http://www.ifs.se>).

- Pode-se esperar que esta atividade de pesquisa em sua globalidade, contribua a abrandar o êxodo dos pesquisadores em direção dos PI?
 - Em caso afirmativo: Em que se baseia esta suposição?
- Previu-se medidas destinadas à reforçar as instituições parceiras nos PD após o período de pesquisa em comum?
 - Em caso afirmativo: Quais?
- Tomaram-se medidas para que, uma vez terminado como previsto, o trabalho de pesquisa em comum, uma continuação – realizada eventualmente apenas pelo parceiro – pudesse ser considerada, se necessário for?

Anexos

1. Exemplos concretos

Seguem alguns exemplos que servirão de ilustração aos princípios apresentados neste guia. Apesar de não corresponderem de maneira absoluta a todos os postulados apresentados, eles correspondem de maneira geral aos objetivos visados pela parceria científica.

1.1 O projeto «Prosopis» no Peru³⁵

Situação inicial

Este projeto trata de uma árvore encontrada no Peru que é resistente à seca, a algaroba (*Prosopis pallida* e *P. juliflora*, plantas leguminosas da família das mimosáceas). A idéia desse projeto é originalmente ligada à repercussão do «fenômeno El Niño» no final do ano 1982, início de 83. As precipitações inerentes a esse fenômeno climático provocaram graves danos de uma parte, e de outra parte, a aparição espontânea da algaroba e do sapote (*Capparis angulata*) em áreas desmatadas e em processo de desertificação em consequência de uma exploração desordenada da terra.

Primeiras atividades de pesquisa

Numa primeira fase (projeto piloto 1984-1993), o Laboratório de física da Universidade de Piura (UDEP) associou-se com outras organizações, nacionais e estrangeiras (National Oceanic and Atmospheric Administration NOAA, USA, Instituto Geofísico del Perú, University of Colorado at Boulder), para estudar o «fenômeno El Niño» cuja frequência parece estar aumentando. Paralelamente, o Instituto de Hidráulica e Hidrologia da Universidade de Piura (UDEP) efetuou alguns experimentos de reflorestamento com sementes de «Prosopis» no próprio campus da universidade.

Ao mesmo tempo, o Laboratório de Química da Universidade de Piura, em colaboração com o Instituto de Ciências Alimentares da EPFZ (Escola Politécnica Federal de Zurique, na Suíça), começou a examinar a composição e a qualidade nutritiva do fruto da algaroba e a desenvolver diferentes «novos» produtos alimentares a partir do «Prosopis».

Projeto de pesquisa 1994-1997

Numa segunda fase, o Instituto de Hidráulica e Hidrologia, junto com a Fundação do Léman (FdL, uma ONG de Genebra) e com a «Association for Cultural, Technical and Educational Exchange» (ACTEC, uma ONG de Bruxelas), pediu à União Européia (UE) para financiar o projeto intitulado «Reflorestamento extensivo pela algaroba («Prosopis») das zonas áridas do norte do Peru». Esse projeto permitiu de criar um «Laboratório de sementes», o qual deu prosseguimento ao trabalho da fase piloto, em estudando um processo de germinação por etapas das sementes de algaroba e em desenvolvendo um método de pre-germinação. Esse laboratório desenvolveu também um envelope protetor em pó de areia para as sementes. Além disso, esse laboratório colaborou com uma ONG local (MIHRAS-Perú) a fim de proteger as árvores jovens (principalmente contra os animais) resultantes de um experimento de semeadura extensiva na localidade de Paraíso.

A colaboração estende-se atualmente a outras ONG, que assumem em vários distritos da região de Piura, o papel de «correia de transmissão» entre a Universidade e a população local. Esta última é estimulada a participar de diferentes maneiras, colocando em prática suas iniciativas próprias, em função das quais, ela recebe treinamento. Encoraja-se a transformação e a comercialização de produtos derivados da algaroba, a criação de animais de pequeno porte, a apicultura, o composto orgânico, a olericultura, a exploração da água, e a construção de casas e de loteamentos, assim que de escolas.

³⁵ Cf. ATSAF* Circular N° 49 (abril 1997), páginas 57-60. (*Arbeitsgemeinschaft für Tropische und Subtropische Agrarforschung e.V., Ellerstrasse 50, D-53119 Bonn)

Os trabalhos preliminares efetuados pelo Laboratório de Química deram origem a um projeto de pesquisa intitulado «Novos produtos alimentares tirados dos frutos de «Prosopis» em América Latina – base de reflorestamento e de luta contra a desertificação de zonas áridas», apresentado à União Europeia no contexto do programa STD3. Esse projeto recebeu o acordo da Comissão Europeia e engloba os seguintes parceiros: Instituto del Frio (CSIC, Espanha), Compañía General del Algarrobo (Espanha), University of Edinburgh (Escócia), Centro de Investigaciones y Estudios Avanzados (CINVESTAV, México) e o Instituto de Ciências Alimentares da EPFZ.

Há estudos em curso para a fabricação e a comercialização de um sucedâneo do café, de uma farinha de frutas, de edulcorantes e de diversos aditivos alimentares, assim que de medicamentos.

Financiamento

As ONG assumem elas mesmas o essencial de suas atividades. A UE financia em grande parte os projetos de pesquisa acima evocados (80% de um total de aproximadamente 750.000 francos suíços) e os dois projetos (reflorestamento extensivo e novos produtos alimentares) incluem uma participação suíça. Com relação ao primeiro projeto, os custos não cobertos pela UE são financiados pela DDC (5%), pela Fundação do Léman (10%) e a Universidade de Piura (5%), contribuições que foram decisivas para a participação da UE. O apoio financeiro da parceria suíça ao segundo projeto foi outorgado pela Organização Federal da Educação e da Ciência (OFES) e permitiu a um pesquisador peruano de realizar um doutorado na EPFZ na área de química de alimentos.

O projeto «Prosopis» e os princípios da parceria

- Esse projeto combina pesquisa fundamental (El Niño, «Prosopis», meio ambiente) e pesquisa aplicada (reflorestamento, desenvolvimento e comercialização de novos produtos ou de produtos melhorados);
- ele permite a aplicação prática dos resultados e da experiência adquirida, em favor de um desenvolvimento sustentável de regiões pobres – mas potencialmente férteis – e de sua população;
- ele pode ser qualificado de interdisciplinar, no sentido que ele reúne biólogos, químicos, nutricionistas, economistas e sociólogos;
- ele foi concebido para durar a longo termo;
- ele insere-se numa escala regional;
- ele fundamenta-se na cooperação internacional, principalmente no encorajamento das relações Sul-Sul;
- ele contribue finalmente, pelo menos em sua filosofia, a aumentar o potencial de pesquisa científica do Peru.

Assim, admite-se que o projeto satisfaz vários dos principais critérios da parceria científica.

Ao momento da redação do presente relatório (outubro 1997) seria no entanto conveniente de passar em vista uma outra vez os princípios apresentados acima – objetivos de pesquisa para os anos seguintes, possibilidade de intensificar as trocas de pesquisadores sobre o plano internacional, publicação em órgãos reconhecidos pelos meios científicos; preparação de avaliação do projeto, prevista «à ocasião» (um montante de 41.000 francos suíços foi reservado para a avaliação técnico-científica e ao acompanhamento da área reflorestada por um período de dois anos), incluindo os aspectos sócio-econômicos.

1.2 O projeto «meningite» no norte do Gana

Situação inicial

Uma epidemia de meningite declarou-se durante a estação seca da primavera de 1997 no norte do Gana; sua causa não pôde ser esclarecida, por falta de laboratórios apropriados na região. O norte do Gana faz parte da «zona meningítica» do Sahel. Epidemias de meningite abatem-se regularmente sobre esse país a cada dez anos. Existem vacinas capazes de controlar as epidemias relativas a certos agentes (meningococos), sem no entanto oferecer uma imunidade durável. Para lançar a tempo um programa de vacinação nas regiões atacadas, a identificação imediata do início da epidemia, assim que a rápida identificação do agente patogênico são indispensáveis.

O ministro da saúde pública do Gana administra desde 1991 o Navrongo Health Research Centre (NHRC) situado na localidade de Navrongo (distrito de Kassena-Nankana). O NHRC tem como missão o estudo dos principais problemas de saúde que afetam o norte do país e de melhorar a situação, em colaboração com os institutos sociais e a população local. Ele utiliza para isto, um sistema de informação demográfica (Navrongo Demographic Surveillance System, NDSS) que engloba todo o distrito. Integrando enquetes e gestão de dados, o NDSS recensa quatro vezes por ano os aproximadamente 140.000 habitantes do distrito e registra sobretudo, gravidezes, nascimentos, mortes e migrações. O NHRC constituiu-se uma reputação internacional pelos seus estudos de campo sobre os efeitos da vitamina A administrada como complemento alimentar às crianças em baixa idade, e utiliza atualmente o NDSS de maneira intensiva também para outros estudos epidemiológicos.

Preparação e financiamento do projeto

Depois dos contatos precedentes com os pesquisadores científicos do NHRC (que resultaram em uma tese de um ganeano na Universidade de Basileia, Suíça), colaboradores do Instituto Tropical Suíço (ITS) foram convidados à Navrongo durante a primavera de 1997. Os pesquisadores científicos do Gana propuseram uma cooperação sustentável, cujas possíveis modalidades foram discutidas, tendo em vista o caráter complementar das duas instituições. A população do Gana, assim que os responsáveis nacionais e locais da saúde pública consideravam a epidemia de meningite que castigava a região nesse momento, como o problema mais urgente. O NHRC e o ITS decidiram em consequência, de juntos criar um laboratório de microbiologia à Navrongo. Além dos exames sobre a epidemia em questão, decidiu-se de desenvolver a longo prazo, uma segunda linha de pesquisa sobre as infecções respiratórias agudas, já que estas constituem uma das principais causas de invalidez e de mortalidade infantil na região. Os planos elaborados em conjunto foram apresentados às autoridades locais e ao ministério da saúde pública do Gana, e vários institutos ganeanos que trabalham com doenças infecciosas foram informados e convidados a colaborar.

Tratava-se de constituir primeiramente os recursos materiais e humanos necessários para isolar e caracterizar os agentes patogênicos si a epidemia de meningite manifestasse uma agravação durante a estação seca da primavera de 1998. A necessidade em aparelhos de análises de grande capacidade, pôde ser coberta sob a forma de segunda mão, graças ao apoio do Instituto Farmacêutico de Basileia. A comissão de pesquisa do ITS obteve do «fundo inicial para projetos inovadores» o suficiente para pagar um doutorando suíço e os gastos da primeira fase do projeto. O ministro da saúde pública do Gana financiou a participação do técnico de laboratório e de um médico ganeano com experiência. Além do trabalho no projeto científico, esses dois membros da equipe trabalhavam em colaboração com o War Memorial Hospital de Navrongo, o único hospital do distrito. O doutorando suíço fez um estágio no Max Planck Institut für Molekulare Genetik (MPI) no outono de 1997 para iniciar-se com as técnicas de microbiologia, necessárias a seu trabalho no terreno. Em janeiro de 1998 ele realizou a instalação dos laboratórios, juntamente com os dois membros ganeanos da equipe. Ao mesmo tempo, a equipe começou a estabelecer contatos sistematicamente com o hospital, com os três postos de saúde periféricos do distrito, com as autoridades sanitárias locais e com os colaboradores do NHRC.

Primeira fase do projeto

Os primeiros casos de meningite manifestaram-se como previsto, em fevereiro de 1998. Nessa situação, era particularmente importante de manter um contato permanente (por correio eletrônico) com o ITS e o MPI para estar em condições de discutir os detalhes do projeto e de resolver os problemas técnicos. Quando os casos de meningite se multiplicaram durante o mês seguinte, um microbiologista e um epidemiologista do ITS, assim que um especialista em epidemiologia molecular das doenças infecciosas do MPI vieram reforçar temporariamente a equipe do Navrongo. O médico ganeano ensinou as novas técnicas aos responsáveis dos postos de saúde e aconselhou-lhes sobre as questões de diagnose e de terapêutica. As autoridades sanitárias locais puseram à disposição da equipe, um mensageiro com uma moto para garantir o transporte rápido do líquido cefaloraquidiano dos pacientes hospitalizados. Esse dispositivo permitiu a todos os estabelecimentos médicos do distrito de obter uma verificação do diagnóstico «meningite bacteriana» através do exame de laboratório. O corpo médico e paramédico cumprimentou esse progresso como uma ajuda preciosa. Os exames microbiológicos efetuados na prática foram usados para ajudar as autoridades locais a avaliar a situação e a definir as estratégias de vacinações futuras para o distrito. Uma considerável quantidade de organismos isolados que não puderam ser identificados, foram transferidos para a Europa, a fim de serem analisados segundo os métodos de genética molecular. Os resultados a serem obtidos poderão dar importantes indicações sobre outros agentes bacterianos de afecções meningíticas. Com a ajuda do NDSS começou-se a estudar a evolução espaço-temporal da epidemia durante os anos 1997/1998. Projetos de pesquisa a longo prazo foram lançados, a fim de identificar o mais rapidamente possível – e mesmo de prever – as epidemias de meningite, e de examinar aquelas que poderiam ocorrer em outros distritos.

A equipe do projeto constatou que sua pesquisa foi facilitada pelo espírito de abertura da população e das autoridades sanitárias locais e nacionais. Os fatores decisivos para isto foram uma conscientização aguda do problema que constituem as epidemias de meningite e o trabalho de longa data que realiza o NHRC com a população para melhorar a situação médica. Paralelamente à pesquisa propriamente dita, o trabalho efetuado no hospital e no laboratório pelos membros ganeanos da equipe, representa uma contribuição direta para reforçar a infraestrutura médica e os cuidados com os doentes.

Segunda fase do projeto (intenções para o futuro)

Uma vez a epidemia de meningite interrompida pela estação das chuvas do verão de 1998, o doutorando suíço e o médico ganeano do projeto (com o apoio de uma bolsa de formação contínua científica nos PD, outorgada pelo cantão de Basileia) passaram vários meses na Europa a fim de dar continuação às análises das amostras obtidas e publicar os resultados em revistas científicas. Esses resultados serão igualmente difundidos no Gana sob uma forma apropriada.

Foi previsto de intensificar esta cooperação que deu bons resultados. Os dois colaboradores elaborarão projetos de teses que eles realizarão depois de terem discutido com os especialistas da área. A próxima fase do trabalho de campo vai incluir também o estudo das infecções respiratórias agudas e beneficiará dos métodos, dos contatos e da infraestrutura construída durante a primeira etapa. Essas atividades associarão as instituições médicas locais assim que outros colaboradores do NHRC e do ITS, os quais se ocuparão das questões epidemiológicas e sociológicas. Além do mais, os cientistas do Gana e de diferentes países foram convidados a apresentar outros projetos e a explorar o efeito de sinergia que oferece a ligação estabelecida entre o NDSS e uma infraestrutura de laboratórios. Esses projetos deveriam ser financiados por recursos exteriores, de acordo com as solicitações a diversas instituições (FNRS, UE, fundações). De uma maneira geral, o NHRC e o ITS se propõem a perpetuar o potencial de pesquisas que foi assim criado. Como as epidemias de meningite são um problema planetário, começou-se a coordenar as atividades do projeto com uma organização similar no Paquistão.

1.3 O Projeto «lago Vitória»: implementação local da Agenda 21

A partir do módulo 7– Meio Ambiente e desenvolvimento –do programa prioritário Meio Ambiente (PPE) do Fundo Nacional Suíço para a Pesquisa Científica, foram criados no início de 1994 uma série de projetos financiados a partes iguais pelo FNRS, para os pesquisadores suíços, e pela Direção do Desenvolvimento e da Cooperação (DDC), para os pesquisadores dos países parceiros do Sul.

Um desses projetos foi dedicado à questão de saber se um processo de urbanização (cidade de Jinja) nas margens do lago Vitória – o mais importante lago do continente Africano – é compatível com uma exploração sustentável dos recursos em água. Durante as últimas décadas, a explosão demográfica da região e sua industrialização mais ou menos desordenada, repercutiram de maneira muito negativa sobre as águas desse lago, que são repartidas por três países (Uganda, Tanzânia e Quênia). Sua eutrofização provocou a formação de imensos tapetes de jacintos d'água que atrapalham cada vez mais o trabalho dos pescadores. Simultaneamente, muitas espécies animais e vegetais desapareceram das margens do lago ou encontram-se ameaçadas – principalmente pela presença de resíduos tóxicos. Entre outras repercussões, essa evolução ameaça a própria existência dos pescadores.

Cooperação internacional e interdisciplinária

Esse problema motivou em 1994 os cientistas suíços do Instituto de Biologia Vegetal e do Instituto de Etnologia da Universidade de Zurique, a se associarem ao Instituto Federal para o fomento, a depuração e a proteção das águas (IFAEPE, Dübendorf) e à Fachhochschule beider Basel (FHBB, Muttenz) para fazer equipe com os pesquisadores do Fisheries Research Institute (FIRI) e de outros institutos – ciências, sociologia e direito – pertencentes à Universidade Makerere à Kampala, com o objetivo de estudar diversas questões científicas relativas à utilização das águas e particularmente dos pântanos da cidade de Jinja. Trata-se de elaborar os meios mais adequados para explorar da melhor maneira possível a função de depuração biológica das águas usadas, exercida por esses pântanos, sem colocar em perigo sua existência nem excluir sua utilização tradicional. O essencial do trabalho científico foi efetuado pelos pesquisadores e pelos estudantes autóctones da universidade local, os quais mantêm um estreito contato com instituições irmãs da Tanzânia e do Quênia. Esse processo constitui um importante fator de «institution and capacity building», o que favorece a constituição de redes e de contatos, assim que as trocas de experiências Sul-Sul. A equipe interdisciplinária trabalha em colaboração com as autoridades nacionais e locais para a elaboração das estruturas e dos métodos necessários para implementar uma política de proteção ambiental a nível local. A exploração tradicional dos recursos detém um papel importante nesse contexto – em particular o trabalho das mulheres que praticam uma agricultura itinerante de colheita de plantas úteis e medicinais, e detém um precioso conhecimento sobre a ecologia desse rico hábitat. A equipe científica baseou-se em suas práticas e os direitos tradicionais para elaborar uma estrutura que associe autoridades, exploradores dos pântanos, indústria e distribuição de água. Essa estrutura foi realizada a Jinja e transformou-se depois, num modelo de gestão participativa do meio ambiente nas margens do lago Vitória.

A população participa

Trata-se de ajudar Jinja – segunda maior cidade de Uganda em número de habitantes – a pôr em prática a Agenda 21 de maneira científica. As pesquisas realizadas até o presente momento, conseguiram criar um clima de confiança, de maneira que todas as partes implicadas puderam reunir-se para encontrarem juntos, as soluções mais adequadas. Isto não é evidente, dada a grande disparidade de interesses presente. Esse projeto faz parte também do «National Wetlands Management Programme» que segue por sua vez, as diretivas do «National Environmental Action Plan» (NEAP). Isso demonstra que essas atividades científicas são muito bem integradas em todos os níveis da administração do país. Além do mais, a existência de um «Lake Victoria Environment Management Programme» (financiado em grande parte pela GEF «Global Environmental Facilities» do Banco Mundial) demonstra que a cooperação regional já se encontra num estado bem avançado.

Nova percepção – melhor compreensão recíproca

A percepção de todos os atores sobre essas zonas pantanosas mudou radicalmente – de um lado, como o efeito de contatos pessoais, de entrevistas, de ateliês ou de divulgação do projeto nas mídias, e de outro lado, após os resultados obtidos pelos pesquisadores. Enquanto que essas zonas periféricas eram consideradas como inúteis há apenas alguns anos atrás, todo mundo está convencido hoje em dia, que os pântanos de Jinja são importantes e mesmo vitais para a cidade. Eles contribuem para a depuração das águas usadas graças a seus efeitos filtrantes, fornecem preciosas matérias-primas e ainda por cima, permitem a sobrevivência de uma grande diversidade de espécies animais e vegetais.

Iniciativas locais

Fenômeno impressionante, as múltiplas atividades inerentes a esse projeto suscitaram a criação de um grupo de mais ou menos quinhentas mulheres sem-terra; elas aprenderam a explorar os pântanos de maneira mais durável e querem contribuir para sua preservação. As autoridades reconhecem sua contribuição e se mostram mesmo dispostas a negociar os direitos de exploração sob a forma de arrendamento da terra. Essas mulheres vendem seus inúmeros produtos – chapéus, cestos, esteiras, etc. em fibras vegetais, assim como produtos alimentares e remédios – no posto que a cidade lhes coloca a disposição no mercado; o que contribui para motivá-las!

Parece assim, que a pesquisa científica pode conduzir a ações concretas e produzir efeitos benéficos a nível da população local.

Extensão dos meios interessados

Nesse ínterim, o círculo dos meios interessados ampliou-se após diferentes manifestações. Em particular, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) assinalou que esse projeto lhe interessava no âmbito do «World Bank Water and Sanitation Programme»; a mesma coisa aconteceu com o Centro das Nações Unidas para os assentamentos humanos (HABITAT) e o «Network for Water and Sanitation International» (NETWAS). Esse êxito gratificante e a maneira como as coisas evoluem, suscitam a esperança de que esse projeto poderá se repetir em outras cidades em torno do lago Vitória, o que poderia contribuir grandemente para a realização da Agenda 21 em toda a região.

2. Obstáculos e problemas comuns durante as parcerias científicas entre os PD e os PI

Eis aqui alguns problemas delicados aos quais pode-se confrontar-se freqüentemente no âmbito de projetos de pesquisa entre os PI e os PD. No entanto, esta lista não é exaustiva³⁶.

Plano de trabalho

A ausência de plano de trabalho («protocolo de pesquisa») ou uma certa falta de rigor podem engendrar mal-entendidos e sérias discórdias. Recomenda-se de estabelecer juntos, por escrito, um plano de trabalho o mais detalhado possível. Ele incluirá o tema da pesquisa, o objetivo visado, as hipóteses de trabalho, os métodos (principalmente os relativos à avaliação contínua e à continuação do trabalho), a repartição dos recursos, as tarefas e as competências de todos os participantes, assim que um cronograma de trabalho aproximativo.

Autorizações

As iniciativas científicas requerem freqüentemente (e não somente nos PD) várias autorizações oficiais. Como, por diferentes razões o estabelecimento dessas autorizações leva geralmente bem mais tempo do que se possa imaginar, podem surgir problemas de vencimentos com conseqüências nefastas.

Tem-se que fazer uma distinção entre autorizações de pesquisa e autorizações que dizem respeito a questões éticas, estas últimas sendo competência tanto de legislações internacionais que nacionais. Elas podem ser necessárias, entre outras coisas, para as entrevistas socio-econômicas (questionários, discussões de grupos, etc.).

Acordos gerais

As autorizações necessárias podem ser mais facilmente adquiridas nos países com os quais a Suíça possui acordos gerais de cooperação científica. Um acordo geral se solicita por via diplomática. Concretamente, essas modalidades se negociam mais facilmente se alguma experiência positiva já foi realizada.

Peso relativo dos parceiros

Parceiros de tamanho muito desiguais podem causar problemas, sobretudo o risco de que cada uma das partes presentes dê uma importância muito diferente ao projeto comum. Recomenda-se assim, de fazer uma boa avaliação da organização parceira relativamente a sua própria instituição (efetivo, orçamento, etc).

Disparidades culturais

A cooperação entre indivíduos de culturas diferentes, dentro de um ambiente pouco familiar a alguns, constitui um desafio de um gênero particular. Convém assim, de aprender a língua do parceiro e de se interessar à sua cultura, a fim de ter acesso ao contexto do projeto de pesquisa.

Estresse psíquico

O caráter estranho que pode apresentar o âmbito da atividade («choque cultural»), um sentimento de isolamento misturado com o de dependência com relação aos parceiros, a busca de confiança, a distância geográfica e a freqüente ausência de meios de comunicação, tudo isso pode tornar-se – segundo a intensidade do problema e os temperamentos individuais – psicologicamente difícil. Persistência, flexibilidade e resistência psíquica são trunfos importantes dentro de um tal contexto. Combate-se esse tipo de estresse por meio de entrevistas de trabalho em seu país de origem, participação a congressos internacionais e férias periódicas.

³⁶ Outros exemplos e informações tiradas de experiências vividas serão bem-vindos (e-mail: kfpe@sanw.unibe.ch).

Dificuldades financeiras

O estabelecimento de um orçamento requer cuidados particularmente atentos. Um plano de pesquisa muito aproximativo, a subestimação das despesas acessórias ou uma mudança inesperada de situação encontram-se entre as possíveis causas de erros nos cálculos.

Os gastos acessórios incluem viagens preparatórias, participação a encontros científicos (oficinas, conferências, etc.), visitas recíprocas, comunicações, acompanhamento e avaliações do projeto. Também tem-se que considerar as publicações – sobretudo as de vulgarização – e as atividades relacionadas com o encaminhamento dos resultados obtidos. Esses gastos devem ser devidamente justificados, uma vez que os financiadores mostram-se freqüentemente reticentes sobre esse aspecto.

Mudanças de situação (por exemplo, flutuações importantes nas taxas de câmbio) podem acontecer bruscamente. Como o orçamento indicado em uma solicitação de subsídio para um projeto de pesquisa deve ser feito em CHF ou se referir a uma taxa média para a conversão em USD, as taxas podem em seguida, evoluir de maneira positiva ou negativa durante a atividade em comum. Uma inflação ou uma deflação importante no país parceiro pode também provocar dificuldades financeiras impossíveis de prever no início.

Se existe um risco importante com relação a esse aspecto, seria prudente de precisar as condições de pagamento previstas entre todos os parceiros, que os vencimentos combinados (ex. salários dos colaboradores, despesas administrativas, etc) poderão ser afetados pelas variações das taxas de câmbio.

Interrupção antes do final da cooperação

Seria conveniente de prever o caso onde uma cooperação deva ser provisoriamente ou definitivamente interrompida por razões financeiras, políticas ou outras. Um acordo por escrito fixará as modalidades desta eventualidade, de maneira a torná-la o mais aceitável possível para todas as pessoas envolvidas.

3. Carta de responsabilidades da parceria Norte-Sul

(Tradução da publicação de Gaillard Jaques, 1996: Les collaborations scientifiques Nord-Sud: un examen critique de huit programmes d'aide à la recherche. In: Les sciences hors d'Occident au XXème siècle, 7, 220-253, ORSTOM éditions, Paris)

- A colaboração deve ser baseada em um forte interesse mútuo e cada parceiro deve ter algo a ganhar.
- As proposições de programa deveriam ser redigidas em conjunto e cada parceiro deveria participar das decisões importantes.
- Particularmente as decisões referentes à aquisição de equipamentos científicos deveriam ser tomadas em conjunto e as despesas com instalação, manutenção e conserto desses instrumentos deveriam ser previstas no orçamento.
- O orçamento deveria igualmente incluir uma rubrica formação, e a formação à pesquisa deveria, na medida do possível, resultar na obtenção de um diploma para aumentar o nível de engajamento.
- Os salários deveriam ser suficientes para permitir uma participação a tempo integral dos parceiros do sul, ou completados a tal fim, por meios suplementares (p. ex. honorários) previstos no orçamento.
- A transparência deveria ser uma regra de ouro entre os parceiros; sobretudo, cada parte deve informar da repartição do orçamento e da maneira como ele será gasto.
- Cada grupo participando da colaboração deveria incluir um número substancial de pesquisadores (dois ou três no mínimo, em função das disciplinas).
- Cada parte deveria encontrar-se regularmente para passar em vista as atividades em curso e prever as atividades futuras.
- Meios de comunicação modernos (fax e correio eletrônico) deveriam ser disponíveis para garantir uma interação eficaz entre os parceiros.
- Os artigos científicos devem ser escritos em conjunto, e os nomes dos diferentes colaboradores devem aparecer nos artigos publicados.
- Os programas em colaboração deveriam ser avaliados regularmente, por exemplo, no final de cada fase. As avaliações deveriam dar mais importância aos *outputs* que aos *inputs*.
- Deveria-se pôr em prática, mecanismos que garantam a continuidade da colaboração uma vez terminado o programa em colaboração.

Epílogo

Uma primeira versão provisória do presente guia foi dada em consultação, para colegas na Suíça e no estrangeiro. Nós recebemos um número importante de comentários, encorajamentos em sua maioria, pelos quais nós agradecemos aqui os autores. A versão definitiva inclui os diversos comentários que nos pareceram relevantes. No entanto, certas críticas e questões fundamentais não puderam ser integradas em nosso texto, razão pela qual nós iremos comentá-las aqui.

Um comentador questiona o encorajamento da pesquisa científica nos países em desenvolvimento. Ele justifica sua posição em assinalando que a pesquisa deveria ser de qualidade, tanto nos PD como em qualquer outro lugar, mas que nesses países, a pesquisa fundamental não está pronta para produzir resultados concretos em tempo hábil. Os esforços empregados seriam assim excessivos com relação ao rendimento obtido, de maneira que os PD não saberiam assumir a responsabilidade de lançar-se por esta via. Isto provocaria entre outros, a emigração de jovens cientistas («fuga de cérebros»), o que enfraqueceria o potencial do país considerado, em vez de reforçá-lo³⁷. Além do mais, essa forma de pesquisa absorveria muitos especialistas que deveriam estar a serviço de seus países para outras tarefas mais urgentes. Esta crítica deve ser considerada seriamente, e nós a compreendemos. No entanto, cabe a cada país em desenvolvimento de fixar as prioridades que lhe parecem adequadas.

Vários comentadores solicitam uma justificativa, uma legitimação das teses contidas neste documento. Um deles questiona sobre os motivos do modo de pesquisa proposto. Um outro acha que os 11 princípios anunciados neste guia são evidentes. – Nós responderemos a essas questões, dizendo que os autores basearam-se de um lado, sobre o que eles acreditam ter observado no campo da pesquisa com os PD durante as últimas décadas, e de outro lado, sobre os pontos de vista exprimidos pelos representantes dos PD, sobretudo por ocasião da Conferência de Berna. Eles manifestaram nessa ocasião, não somente o desejo de reforçar seu potencial científico, mas também o de ver estabelecer-se um código ético a ser seguido pelos cientistas ocidentais em suas relações com os colegas dos PD.

Muitas foram as dúvidas quanto à possibilidade de aplicar concretamente os princípios propostos. Os pontos considerados como particularmente delicados foram a passagem do modo multidisciplinário a um modo inter ou transdisciplinário de trabalho, o postulado da transparência, a maneira de resolver os eventuais conflitos, assim que a atitude dos financiadores. Ademais, a contratação de cientistas recém-formados pode tornar-se às vezes, problemática. – Repetimos aqui o que dissemos no preâmbulo: os princípios em questão representam um ideal na direção do qual devemos nos dirigir; sua aplicação prática dependerá dos protagonistas de um dado projeto. O presente documento não oferece nenhuma garantia e visa somente a ser um instrumento de trabalho.

Este guia também não pretende ser um constato definitivo. As questões e as sérias críticas que ele suscitou provam simplesmente que ele constitui, no melhor dos casos, apenas um modesto passo na difícil caminhada da comunidade científica internacional neste fim do século XX. Toda pessoa que deseje sinceramente dirigir seu olhar adiante é cordialmente convidada a participar da nossa reflexão.

³⁷ Gaillard J. & Meyer J.-B., 1996: Le brain-drain revisité: de l'exode au réseau. In: Les sciences hors d'Occident au XXème siècle, 7, 331-347, ORSTOM éditions, Paris

Abreviações

ASSN	Academia Suiça de Ciências Naturais
CASS	Conferência das Academias Científicas Suiças
DDC	Direção do Desenvolvimento e da Cooperação
DFAE	Departamento Federal dos Assuntos Exteriores
FNRS	Fundo Nacional Suiço da Pesquisa Científica
EPFL	Escola Politécnica Federal de Lausanne
EPFZ	Escola Politécnica Federal de Zurique
IARC	Centro Internacional de Pesquisa Agrícola (International Agricultural Research Centre)
IFS	Fundação Internacional para a Ciência (International Foundation for Science)
KFPE	Comissão Suiça para a Parceria Científica com os Países em Desenvolvimento
OFES	Organização Federal da Educação e da Ciência
ONG	Organização Não Governamental
PD	Países em Desenvolvimento
PI	Países Industrializados
RAWOO	Advisory Council for Scientific Research in Development Problems (Holanda)
SAREC-SIDA	Agência Sueca para a Cooperação Científica com os Países em Desenvolvimento (Swedish Agency for Research Cooperation with Developing Countries – Swedish International Development Cooperation Agency (SIDA))
TWAS	Academia de Ciências do Terceiro Mundo, Trieste (Third World Academy of Sciences, Trieste)
UE	União Européia

Traduzido do francês por Maria de Lourdes Mendonça S.Brefin e Célia Regina Mendonça Santos

KFPE

A KFPE é uma comissão da Conferência das Academias Científicas Suíças (CASS). Instituída em 1994 por um período inicial de 3 anos, ela dispõe de uma secretaria em Berna, que funciona a meio-expediente.

Sua missão consiste em tornar mais clara a «estratégia suíça para o fomento da investigação científica nos países em desenvolvimento», ou seja, de convencer a comunidade científica suíça que é de sua responsabilidade de participar ativamente do desenvolvimento e do reforço do potencial de investigação autônoma desses países.

A KFPE é composta de cerca de trinta membros suíços, provenientes do meio acadêmico, econômico, do comércio exterior, da política, das organizações não governamentais, do Fundo Nacional Suíço da Pesquisa Científica (FNRS), da Direção do Desenvolvimento e da Cooperação (DDC) e de outras instâncias federais e institutos suíços de pesquisa (cf. home-page e endereço abaixo).

Endereço

KFPE-Secretariat
Bärenplatz 2
CH-3011 Bern

Tel. + 41 31 311 06 01

Fax + 41 31 312 16 78

E-mail: kfpe@sanw.unibe.ch

KFPE-homepage: <http://www.kfpe.unibe.ch>